

PÚBLICO BRASILIENSE

No Brasil há a antiga tradição de férias longas, do Natal à Páscoa, quando nada de importância acontece.

O País mergulha numa desconcentração, até numa série de confraternizações de Natal, Ano Novo, Reis e, acima de tudo, o Carnaval. Por fim, a Semana Santa. Agora se sai do prolongado interregno, um tanto sábio para uma certa despreocupação necessária após tantas angústias. Mas, já era tempo de terminarem as férias. O Brasil volta às duras realidades, em busca de novas soluções. A inflação, a dívida externa, o desemprego, as próprias greves continuam. Impossível prosseguir ignorando este quadro. Ou tudo isto será superado, ou, sem exagero, acabam com a Nação. É preciso que se tome, enfim, consciência da gravidade da situação. Tempo oportuno, este, o de uma Assembléia Nacional Constituinte para se decidir quais instituições terão a responsabilidade de enfrentar os profundos problemas que afligem todas as camadas do povo.

A partir deste momento, não existe mais justificativa para delongas entre os constituintes. Foi uma fase de adaptação, numa legislatura com setenta por cento de novatos. Mesmo que não tenham adquirido muita experiência, de agora em diante será na prática que precisarão avançar. Com cuidado, porém sem vacilações. Cumpre fazer urgente a triagem das propostas populares viáveis e acelerar os debates com as instituições intermediárias entre

Tempo de ação

Economia-
Brasil

Estado e sociedade. Não se pode nem se deve mais esperar, é bom que se repita e insista com veemência. Tem-se de saber logo qual a forma de governo (presidencialismo, parlamentarismo ou uma forma híbrida) e respeitar-se o mandato do Presidente da República. Só então se conseguirá encaminhar outra rodada de negociações externas e internas, com os credores mundiais e as classes sociais quase em confrontação salarial. O País já começa a preocupar-se. A ciranda da inflação e do desemprego aponta rumo a algo pior, a estagflação, em seguida ao fantasma da recessão que já se materializa num horizonte não muito distante, apesar de todos êxitos setoriais na agricultura e nas exportações.

Só um governo definido institucionalmente e de pessoas configuradas à sua frente, disporá de condições para dialogar com eficácia. Sem isso, nada feito nem fora nem dentro do País. Chega a surpreender a capacidade de afirmação da atual administração, em meio a tantos percalços. Espanta que as coisas não alcancem um grau insuperável. Resistindo a tudo e a quase todos, no desencontro geral, as autoridades vêm conseguindo conter a avalanche. O que, em si, não basta. Pelo contrário, cabe reverter a marcha dos acontecimentos, inverter a tendência puxando para baixo e para trás. Sem pessimismos, porque o Brasil cresce mesmo é de dia, pelo trabalho dos cidadãos até quando desorientados. A Nação sabe disso instintivamente. Precisa ape-

nas conscientizar a reação, para que tudo se reanime e fortaleça. Ninguém consegue derrubar um país deste porte demográfico e de tantos recursos naturais. A própria escalada do crescimento vai adiante, apesar de tantas contradições. O Brasil apresenta-se maior que os derrotismos.

Nem por isto há mais lugar para o velho ufanismo.

Terminaram as longas férias. O Brasil voltou a ter pressa. Os credores externos não podem mais esperar. Que se atinja logo um acordo. Ninguém, no exterior, de bom juízo, quer matar a galinha dos ovos de ouro. A população e os recursos brasileiros continuam.

Internamente o País também pressente que as greves começaram a cansar. Chega de confusão. As duras experiências de fracassos de parte a parte tendem a induzir ao bom-senso. Em toda democracia, que se preze, é assim: aprende-se errando, não apenas acertando.

O principal consiste na retomada do caminho.

As atenções internacionais voltam a concentrar-se intensamente na Assembléia Nacional Constituinte e no Governo. As decisões terão de ir aparecendo sem mais delongas. Sempre dentro da opção maior do presidente José Sarney, cujo governo se volta prioritariamente para os menos favorecidos, numa tentativa concreta de resgatar a enorme dívida social que o País contraiu para com uma população marginalizada que alcança algo ao redor de trinta milhões de pessoas.